DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/07/2022 | Edição: 128 | Seção: 1 | Página: 50

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento/Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 27 DE JUNHO DE 2022

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS, DA SECRETARIA ESPECIAL DO TESOUREO E ORÇAMENTO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Aos 27 dias do mês de junho do ano de 2022, às 15 horas e 03 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado de Goiás, do Ministério da Economia, por ocasião do afastamento por motivo de tratamento médico da Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro substituto da presidência Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), do Conselheiro Alan Farias Tavares (Representante do Estado de Goiás), do Conselheiro Suplente (Representante do ME) Guilherme Laux, e da equipe de assessoria técnica: Luíza Basílio Lage, Diogo Pires Geraldini, Daniella Correa Eschiletti, Sheila Lelia Medeiros e Pedro Paulo Sartin Mendes.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 19953.100322/2022-31, 19953.100336/2022-54, 19953.100412/2022-21, 19953.100423/2022-10, 19953.100421/2022-12.

1) PROCESSO 19953.100322/2022-31

O processo trata de procedimento administrativo instaurado tendo em vista ao encaminhamento pela Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), a informação de que no mês de fevereiro de 2022 foi publicada homologação de resultado final de processo seletivo simplificado, em que convoca para admissões 04 tecnólogos em construção civil/edificações e 08 técnicos em edificações para contratos temporários.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou no sentido de que seja afastada a violação ao art. 8º da LC nº 159/2017 na hipótese em epígrafe; que seja sensibilizado o novo impacto financeiro informado no ofício nº 7659 da Secretaria de Estado da Economia e seja cientificada a Secretaria de Estado da Economia desta deliberação.

2) PROCESSO 19953.100336/2022-54

O processo trata de procedimento administrativo instaurado tendo em vista ao encaminhamento pela Secretária de Estado da Educação - SEDUC, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), que descreve sobre a homologação do processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores, considerando o Decreto Estadual nº 9.853, de 23 de abril de 2021, que autoriza essa secretaria celebrar e manter os contratos temporários.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou no sentido de que seja afastada a violação ao art. 8º da LC nº 159/2017 na hipótese em epígrafe; não haja consumo do saldo de ressalvas às violações e seja cientificada a Secretaria de Estado da Economia desta deliberação, orientando o estado para a correção do formulário (SisRRF) após constatado o equívoco no seu preenchimento.

3) PROCESSO 19953.100412/2022-21

O processo trata do encaminhamento realizado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA), ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), via sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), da informação de que no mês de abril de 2022 foi publicado a Lei 21.309, de 13 de abril de 2022, que institui o programa de auxílio-alimentação na agência.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou no sentido de que seja considerada afastada, na hipótese em epígrafe, nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017, a possibilidade de violação ao inciso VI do citado artigo, com a consequente sensibilização do impacto financeiro informado no montante global das ressalvas relacionado ao inciso VI; e que seja encaminhado ofício a Secretaria de Estado da Economia e a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes para ciência da referida decisão.

4) PROCESSO 19953.100423/2022-10

O processo trata do encaminhando realizado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), via sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), da informação de que no mês de abril de 2022 foi publicado a Lei 21.310, de 13 de abril de 2022, que alterou normativa anterior que institui o programa de auxílio-alimentação nos órgãos e nas entidades que especifica.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou no sentido de que seja considerada afastada, nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017, a possibilidade de violação ao inciso VI do citado artigo, com a consequente sensibilização do impacto financeiro informado no montante global das ressalvas relacionado ao inciso VI; que seja encaminhado ofício a Secretaria de Estado da Economia para ciência da referida deliberação."

5) PROCESSO 19953.100421/2022-12

O processo trata do encaminhando realizado pela Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), via sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), da informação de que no mês de abril de 2022 foi publicado a Lei 21.306, de 12 de abril de 2022, que alterou normativa anterior que dispõe sobre a criação de classes e padrões de subsídios nas carreiras dos servidores integrantes do órgão gestor do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás, para incluir critérios objetivos para a progressão da carreira do cargo que especifica e dá outras providências.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou no sentido de que seja considerada afastada, nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017, a possibilidade de violação ao inciso III do citado artigo, com a consequente sensibilização do impacto financeiro informado no montante global das ressalvas relacionado ao inciso III; e que seja oficiada a Secretaria de Estado da Economia para ciência da referida deliberação.

Realizadas as considerações finais, a Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião as 15:35h.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.